

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	8
2. A DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO.....	11
3. AS CONCEPÇÕES DAS MÃES ESTUDADAS ATRAVÉS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	25
3.1. -CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA	28
3.1.1. A deficiência vista como limitação	28
3.1.2. Deficiência como algo estranho, alheia a sociedade.	30
3.2. PERCEPÇÃO DO PRECONCEITO	32
3.2.1. O preconceito através da rotulação.....	32
3.2.2. Quando o preconceito aparece dentro da própria família	34
3.3. EFEITOS DA INCLUSÃO	38
3.3.1. A inclusão como contribuição para socialização.....	38
3.3.2. A inclusão como perspectiva para um futuro melhor.....	40
3.4. CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO	43
3.4.1 Inclusão como forma de despertar a atenção das pessoas para as diferenças.....	45
3.4.2. Inclusão como busca de igualdade	47
4. ANALISANDO AS CATEGORIAS E SUAS RELAÇÕES (A TÍTULO DE CONCLUSÃO).....	50
ANEXOS	55

1.INTRODUÇÃO

O processo de inclusão educacional das pessoas com deficiência¹ surge na sociedade atual, com o discurso de igualdade de oportunidades, expresso no *slogan* “Educação para todos” que podemos encontrar em propagandas governamentais direcionadas a educação. Mas, segundo Sasaki (1997), para que haja uma inclusão propriamente dita de alunos com deficiência nas escolas, é preciso uma conscientização sobre o que é inclusão.

Nesse sentido, é necessária uma preparação, do corpo escolar tanto física quanto psicológica, para enfrentar os preconceitos com relação as pessoas com deficiência, no momento que elas ingressam em uma instituição regular de ensino. Pois a inclusão² vai muito além de ter uma vaga garantida na escola, ela passa por pré-concepções da sociedade acerca da pessoa com deficiência, os quais por consequência estão também no seio da família, o que nos leva a pensar que preparar um ambiente, (seja ele educacional ou não) para o recebimento de uma pessoa com deficiência, não garante uma situação inclusiva.

A família é um dos pontos de referência para a inclusão. Assim como a educação começa em casa, a inclusão, sendo parte dessa educação, também deveria começar em casa, visto que consiste também na convivência e respeito às diferenças. Vista dessa forma, a inclusão não pode ser encargo somente da escola, o papel dos pais no processo é importantíssimo.

Tendo como princípio esse papel dos pais na inclusão, esta pesquisa é uma análise da visão de mães que tem ou que tiveram filhos surdos inclusos na escola regular.

¹ Neste trabalho, será usada a expressão *pessoa com deficiência*, levando em consideração que todos somos pessoas com deficiência. Seguindo o modelo social do conceito de deficiência, assume-se a “condição de pessoa inteira e sua deficiência construída socialmente, mas a ela remetida” e “quando se tratar de uma deficiência específica, utilizar-se-á pessoa surda, pessoa cega, etc”. (ANJOS *et al*, 2008).

² Apesar desta pesquisa tratar de *inclusão escolar*, será utilizado ao longo do texto apenas o termo *inclusão*, por ter se tornado de uso comum.

Para investigar a concepção que as mães apresentam sobre inclusão, descobrir se elas têm algum conhecimento teórico sobre o assunto _se conhecem as necessidades que os filhos têm educacionalmente, ou se estão apenas preocupadas em seu filho não ficar fora da escola_ é de grande importância analisar alguns aspectos.

O primeiro aspecto enfoca o entendimento das mães sobre deficiência, pois esse entendimento vai influenciar bastante no tratamento que elas darão aos filhos. O segundo enfoca o posicionamento das mães diante do preconceito com relação aos filhos surdos. Através do estudo da percepção das mães sobre esse fato, pôde ser possível analisar o preconceito dentro da família, e como esse preconceito percebido por elas influenciou no processo de inclusão. E, por fim, um terceiro e importante fator analisado são os efeitos que inclusão escolar, na visão das mães, trouxe para os alunos surdos.

Esta pesquisa foi realizada no período entre novembro de 2007 e novembro de 2008, com mães de alunos surdos da rede pública em Marabá. É uma pesquisa qualitativa, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas na íntegra. Antes das entrevistas, foram mantidos contatos prévios com as mães, no intuito de deixá-las o mais à vontade possível. A metodologia utilizada para análise de dados foi a análise de conteúdo.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: uma parte teórica, que faz um levantamento histórico da concepção de deficiência e do processo de inclusão ao longo dos anos, e uma parte analítico-interpretativa. O segundo capítulo, que trata da análise e interpretação dos dados, está dividido em quatro grandes categorias: concepção de deficiência; percepção do preconceito; efeitos da inclusão; e concepção de inclusão.

As categorias buscam explorar os aspectos considerados importantes, para analisar as concepções das seis mães entrevistadas, a respeito da inclusão escolar dos filhos surdos. Nesse sentido, as concepções apresentadas permitirão observar como elas vêem o filho surdo na escola. A percepção dessas mães acerca do preconceito nos permitiu uma análise de até que ponto o preconceito, tanto interno quanto externo à família influenciou na sua visão, a vida escolar dos filhos. A

respeito dos efeitos da inclusão, pôde ser analisado em que aspectos a inclusão favoreceu na construção da autonomia dos alunos. O terceiro e último capítulo traz uma conclusão que analisa as inter-relações entre as concepções.

2. A DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO

Como este trabalho trata de inclusão de pessoas com deficiência, é importante que seja resgatado o conceito de deficiência. Para muitos, quando se fala em deficiência, vem logo à idéia de imperfeição física, de incapacidade intelectual; afinal, essa concepção de deficiência foi imposta culturalmente, tanto é que, no dicionário, deficiência está definida como falha, insuficiência, falta e “deficiente”, como falho, incompleto (RIOS, 2005).

Ao falarmos em conceito de deficiência é de grande importância a contribuição da Upias³, criada por volta de 1976, primeira organização política formada por pessoas deficientes (DINIZ, 2007). Organização cujos membros eram estudiosos com algum tipo de deficiência. Essa organização veio questionar o conceito já existente sobre deficiência (conceito médico) para mostrar seu lado social.

Para o modelo médico, deficiência é consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos... portanto, a Upias constitui-se como uma rede política cujo o principal objetivo era questionar essa compreensão tradicional da deficiência: diferentemente das abordagens biomédicas, deficiência não deveria ser entendida como um problema individual, uma “tragédia pessoal”, como ironizava Oliver, mas sim uma questão eminentemente social. (DINIZ, 2007 p. 15).

Para a Upias, a opressão sofrida por outros grupos sociais como o negro, a mulher não era diferente da sofrida pelos deficientes; a partir desse pensamento, que podemos considerar já pautado na perspectiva de inclusão social, foi redefinido então pela Upias o conceito de lesão e deficiência, da seguinte maneira:

Lesão: ausência parcial ou total de um membro, ou membro, organismo ou mecanismo corporal defeituoso; deficiência : desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera aqueles que

³ A Upias (Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação) foi uma organização formada a partir de uma carta escrita por Paul Hunte, um sociólogo deficiente físico, onde propunha a formação de um grupo de pessoas que lavasse ao parlamento as idéias de pessoas que vivem nessa condição (DINIZ, 2007).

possuem lesões físicas e os excluí das principais atividades da vida social.

[...]

Deficiência: desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera as pessoas que possuem lesões e as exclui das principais atividades da vida social (DINIZ, 2007 p.17;37).

Para efeito de comparação, cabe aqui ressaltar o conceito de deficiência baseado no decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

Art 3º

I- deficiência- toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

II- deficiência permanente- aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

II- Incapacidade- uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem- estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999).

Nessa definição de deficiência, podemos perceber que há uma predominância do modelo médico, ou seja, é como se a sociedade e sua cultura excludente em nada contribuíssem para que o indivíduo se encontrasse na condição de deficiente, incapaz, bastando fazer referências a modificações físicas.

Hoje, a partir de novos decretos e conferências, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), a qual tem como objetivo “promover e assegurar o exercício pleno e eqüitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito pela sua dignidade” se tem uma visão mais voltada para o modelo social, de que as relações humanas, o tratamento dado à pessoa com deficiência pode contribuir com a vida segregada que ele possa vir a levar (ORGANIZAÇÃO...,2008).

Na realidade, pessoas com deficiência não são um acontecimento novo e isolado, sempre existiram, só não tinham visibilidade social em evidência como está sendo feito hoje no processo de inclusão; as famílias, por medo ou vergonha, preferiam esconder o fato da sociedade.

Ser corpo deficiente não é um acontecimento novo, isolado, como também não o é o fato de esses corpos serem estigmatizados, isolados, desvalorizados, discriminados pelas leis, valores e sentimentos ao longo da história humana. Este cenário está registrado na história cultural das sociedades (GAIO e MENEGETTI, 2007, p.11).

A perfeição corporal sempre foi prezada em nossa cultura, o que contribui e muito para a segregação e até omissão da existência dos deficientes, pois ninguém queria ter o que consideravam uma aberração dentro da própria casa. A deficiência, muitas vezes, era tida como castigo de Deus para aquela família, pois, como diz Mazzotta (2001, p.16):

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “percebidos com Deus”, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana.

No mundo capitalista em que vivemos, a perfeição física continua sendo muito valorizada, e corpo é o principal alvo em todos os sentidos, tanto estéticos quanto funcionais; seguindo essa concepção, fica difícil uma pessoa com deficiência sair da condição de oprimido.

A deficiência inscreve no próprio corpo do indivíduo seu caráter particular. O corpo deficiente é insuficiente para uma sociedade que demanda dele o uso intensivo que leva ao desgaste físico, resultado do trabalho subserviente; ou para a construção de uma corporeidade que objetiva meramente o controle e a correção de uma estética corporal hegemônica, com interesses econômicos, cuja matéria prima/ corpo é comparável a qualquer mercadoria que gera lucro. A estrutura funcional da sociedade demanda pessoas fortes, que tenham um corpo “saudável”, que sejam eficientes para competir no mercado de trabalho. O corpo fora de ordem, a sensibilidade dos fracos, é um obstáculo para a produção (SILVA, 2006, p.426).

Como a nossa educação segue os ditames da economia capitalista, os paradigmas do mercado de trabalho influenciam diretamente nosso processo educativo. Seguindo esse pensamento, a escola tem a tendência de eleger um

padrão homogeneizador de qualidade, ou seja, o aluno que atende a esses requisitos é tido como ideal, e os demais são considerados incapazes, o que se agrava, se levarmos em consideração os alunos com deficiência.

No caso de pessoas com deficiência, esses processos levam os educadores (assim como se dá na sociedade de uma forma geral) a conceberem a totalidade da pessoa de forma indevida, reduzindo-a à própria condição de deficiência e a ela atribuindo, de forma generalizada, uma ineficiência global (AMARAL, *apud* GOES e LAPLANE, 2007, p.38).

Tende-se a confundir capacidade intelectual com capacidade física, por isso a escola (e não só ela, mas a sociedade em geral) considera essas pessoas coitadinhas, incapazes de ter uma vida independente, o que agrava sua condição de oprimido na sociedade. A sociedade está culturalmente estruturada de uma maneira que nega a diversidade; podemos perceber isso na questão do preconceito étnico e na resistência que houve durante muito tempo e que ainda há em aceitar a mulher em alguns setores profissionais. Por isso, iniciativas como a da Upias são de grande importância, para uma revisão do conceito social acerca dessas pessoas.

Com relação ao surdo, nosso centro de interesse, o histórico de segregação não muda. Em 1857, já existiam no Brasil iniciativas com relação aos cuidados com o surdo, como o Instituto dos Surdos Mudos, atualmente denominado Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Mas, durante muito tempo, as pessoas surdas eram forçadas a aprender a comunicação oral, por isso um passo importante para a educação dos surdos, foi a criação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, principalmente, o reconhecimento legal dessa língua como primeira língua para os surdos. Foram necessárias várias estratégias para a regularização dessa língua, todas encabeçadas por entidades ligadas aos surdos. Uma das estratégias utilizadas foi, o encaminhamento de projetos de lei a diferentes instâncias governamentais, o que acabou culminando na lei federal 10. 436 de 24 de Abril de 2002 (QUADROS, 2006), que reconhece a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão.

Diante de todas essas iniciativas, e da insatisfação de muitas pessoas, a inclusão é um assunto que vem sendo cada vez mais debatido na sociedade. No âmbito educacional brasileiro, há um histórico de exclusão onde só a elite tinha

direito à educação. A partir da inconformidade de alguns grupos e reivindicações pelo acesso de todos à educação, surge então o debate do direito das pessoas com deficiência a inclusão escolar, superando a exclusão. O acesso ao ensino é universalizado, mas se estabelece num padrão homogêneo, o que deixa de fora alguns grupos, incluindo as pessoas com deficiência.

A escola historicamente se caracteriza pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola (BRASIL, 2007).

Segundo Mendes (2006), para que o discurso sobre inclusão das pessoas com deficiência chegasse ao ponto que se encontra hoje, passou por três processos principais: a segregação, integração e inclusão.

No período de segregação, em meados do século XVI, as pessoas com deficiência eram totalmente isoladas, negadas pela sociedade, por isso não existia educação formal para elas, apenas eram cuidadas, em ambientes isolados dos demais, como por exemplo: instituições filantrópicas, ou instituições particulares especializadas, não havendo maiores preocupações com o educação escolar regular, dessas pessoas.

Com o passar do tempo, no século XIX, surge a necessidade de criar classes especiais dentro das próprias escolas regulares, não na intenção de atender os deficientes físicos, mas com o intuito de encaminhar aqueles alunos mais difíceis para um apoio especializado. É quando começa a surgir uma oportunidade para que alunos com deficiência possam estudar na mesma escola que os outros. Mas é somente depois da segunda guerra mundial, no século XX, que começa a se manifestar com maior veemência a questão da educação das pessoas com deficiência (MENDES, op.cit.).

Na década de 1960, intensifica-se a luta a favor de uma educação mais completa para a pessoa com deficiência. É quando começa a surgir o discurso da

integração, onde se reivindica o direito dessas pessoas a receber uma educação no mesmo ambiente que os ditos normais.

A integração visava à convivência das pessoas com deficiência com os demais, afim que pudessem aprender mais, através da observação e convivência junto com os outros, e essas viessem a conhecer e aceitar as diferenças. Mas isso acabou ocorrendo de uma maneira na qual, a pessoa com deficiência continuou sendo excluída, pois foram criadas classes especiais, dentro da escola regular, ou seja, os alunos com deficiência continuariam tendo uma educação completamente separada dos ditos normais, o que não deixaria de continuar gerando o mesmo preconceito já existente no período da segregação (MENDES, 2006).

Ainda segundo Mendes (op.cit.), no Brasil, podem ser constatadas algumas iniciativas no sentido de educação de pessoas com deficiência, no século XIX, mas somente na década de 1970 que surgiram respostas mais precisas do poder público sobre essa questão, essa autora afirma que o Brasil ainda ficou trinta anos seguindo o princípio da integração.

A discussão sobre a educação de pessoas com deficiência ganhou um novo olhar, agora dentro do princípio inclusivista, o que é mais aceito na atualidade, onde se acredita que é possível ensinar alunos com deficiência em classes normais, não necessariamente tendo que dispensar o apoio especializado. Na visão atual de inclusão, se acredita que todos têm limitações independente da deficiência.

Na inclusão, as crianças iniciam desde cedo sua vida escolar na instituição regular em sala normal, tendo um apoio especializado em horário oposto ao que freqüentam a escola. O discurso sobre inclusão foi crescendo e ganhando um âmbito maior que ultrapassa o escolar, entra na questão do combate ao preconceito, a todos os tipos de grupos sociais excluídos, e principalmente o que está em mais evidência hoje, a inclusão das pessoas com deficiência, seja no âmbito escolar, profissional, social, mas na realidade o eixo central para se obter sucesso em todos os outros não deixa de ser a educação, pois através dela a pessoa com deficiência pode conhecer os seus direitos e exigí-los de fato.

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiências procuram adaptar-se naturalmente, tendo em vista a

equiparação de oportunidades e conseqüentemente, uma sociedade para todos, a inclusão (na escola, no trabalho, no lazer nos serviços da saúde etc.) significa que a sociedade deve adaptar-se as necessidades da pessoa com deficiência para que esta pessoa se desenvolva em todos os aspectos de sua vida (SASSAKI, 1997, p. 167-168).

Algumas iniciativas foram bastante marcantes para que o discurso sobre inclusão ganhasse a amplitude que tem hoje, como, por exemplo, em 1990 a Conferência Mundial Sobre Educação para Todos, onde foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos, e em 1994 foi promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais o que levou à Declaração de Salamanca (BRASIL, 2007) passo importantíssimo para a educação de pessoas com deficiência (MENDES, 2006).

Na sociedade em que vivemos, a maioria das pessoas não dá muita importância para as pessoas com deficiência, age como se fosse algo incomum, pois não costuma ver essas pessoas em seu dia a dia, como no trabalho, em festas. As pessoas com deficiência têm que se adaptar as condições de vida das outras pessoas. Continuando nessa mesma direção, mas num âmbito educacional, seria necessário que a escola procurasse se adaptar aos alunos com deficiência, mas na maioria das vezes, por falta de investimento dos órgãos competentes, são eles que acabam tendo que se adaptar às condições tanto físicas como profissionais da escola.

Segundo Pereira (2005), para falar de inclusão educacional de alunos com deficiência, é necessário refletir sobre a educação como um todo. Precisamos nos lembrar que todos os alunos ao chegar em qualquer instituição de ensino, trazem arraigados conhecimentos e realidades que não podem ser descartados, por que fazem parte de sua história de vida, exigindo assim uma forma diferenciada no sistema de aprendizagem.

Nesse sentido, é preciso rever os conceitos sobre a educação, e combater a visão homogeneizadora existente, não só dos deficientes físicos mas de todos os alunos, afinal a política de inclusão propõe uma educação para todos. E, para atingir essa meta, não basta apenas organizar espaços físicos adequados e preparar o pessoal da escola, por que a inclusão vai muito além dos bancos escolares, deve

estar no ambiente profissional, social, situações e lugares que as pessoas freqüentam no dia a dia.

As políticas educacionais e os modos de funcionamento da educação refletem tendências que são geradas fora do sistema e que afetam diversas instituições sociais. Por isso, a educação, a *educação para todos* não é uma questão que se refere apenas ao âmbito da educação, mas está relacionada às políticas sociais, à distribuição de renda, ao acesso diferenciado aos bens materiais e à cultura, entre outros. (GOES; LAPLANE, 2007, p. 5)

Enfim, é um conjunto de situações que acaba gerando a exclusão, pois para se oferecer uma educação inclusiva (para todos) são necessárias iniciativas políticas na questão material e profissional, e para obter iniciativas políticas, é preciso cobrança, e para se ter cobrança, é necessário que as pessoas tenham conhecimento sobre seus direitos enquanto cidadãos, o que perpassa por questões culturais muito fortes, principalmente, em nosso país, a acomodação diante dos fatos.

A família também é muito importante no processo de inclusão que vivenciamos hoje, o que nos leva a refletir melhor ainda sobre seu papel frente a uma proposta de educação para todos, pois ela tende a ser a referência principal de qualquer ser humano.

A família é o primeiro grupo social no qual somos recebidos. É por meio da família que, num primeiro momento, temos acesso ao mundo. Somos apresentados a uma série de informações que nos dirão quem somos e o que esperam de nós. Trata-se da unidade básica de desenvolvimento e experiência, onde ocorrem situações de realização e fracasso, saúde e enfermidade. É um sistema de relações que possibilitam ou não o desenvolvimento saudável de seus componentes (BATISTA, FRANÇA, 2007, p. 117).

O momento da chegada de um novo membro na família é esperado com entusiasmo, e como o culto a perfeição física em nossa sociedade é bastante forte, uma das grandes preocupações da mãe durante a gestação é essa.

É muito freqüente a gestante ter expectativas em relação a criança que está para nascer. Algumas sonham com uma criança idealizada, dentro de seus valores, ou seja, bonita como o bebê de propaganda da TV; esperta como o filho da vizinha, etc. Mas outras têm verdadeiros pesadelos em relação a esse ser desconhecido que, por vezes é sentido como ameaçador. (REGEN *apud* BATISTA e FRANÇA, 2007, p.118)

E quando acontece o inesperado, e o filho nasce com alguma deficiência, o desespero é geral, é quando a mãe, segundo Miller (1995) passa por quatro fases de adaptação: a sobrevivência, busca, ajustamento e separação.

A sobrevivência, segundo a autora é o momento do desespero, onde você busca forças para continuar, e fica completamente sem rumo. A busca, é um segundo momento, no qual a mãe quer saber um diagnóstico preciso de seu filho, para tentar descobrir a melhor maneira de ajudá-lo. O ajustamento é um momento mais tranquilo, é quando a mãe começa a se adaptar com a situação de seu filho e organizar a sua nova rotina diária. A separação se inicia desde o nascimento, mas a mãe deve entender nessa fase, que chegou o momento de seu filho seguir sua vida, trilhar seu próprio caminho.

Percebe-se, que ao nascer uma criança com deficiência, toda a família passa por uma frustração muito grande, diante das expectativas que tinham a respeito do bebê que estava prestes a vir ao mundo, mas o importante, mesmo diante de algo completamente novo, é que mais cedo ou mais tarde a família tenha seu momento de busca, busca por direitos por serviços adequados, enfim a busca para que o filho tenha direito a uma vida plena, para assim chegar finalmente no ajustamento, momento em que as coisas vão se encaixando em seu devido lugar, e a família se adequa a nova rotina.

A falta de conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência, e a cultura que foi criada no Brasil, diante de tantos anos vivendo sob o princípio da segregação, acaba levando muitas mães a deixar os filhos em instituições educacionais especiais ou classes especiais, por acreditar que só nesses ambientes o filho poderá se desenvolver melhor, e por medo que eles possam ser ridicularizados através de rotulações.

Segundo Silva (2006, p. 427),

Nesse processo de rotulação, o indivíduo estigmatizado incorpora determinadas representações, passa a identificar-se com uma tipificação que o nega como indivíduo. Essas pessoas passam a ser percebidas, a princípio, por essa diferença negativa, o que irá indicar fortemente como elas irão comportar-se.

A rotulação acaba colocando a pessoa com deficiência, como um ser que tem seu lugar determinado na sociedade, um lugar que não pode ser ultrapassado, pois a sua condição de deficiente não permite maiores conquistas na vida.

Esse rótulo tem uma dupla função: ao mesmo tempo que serve de ingresso numerado indicando qual o lugar onde ele tem direito de sentar no “Teatro da Vida”, determina também o *script* que o individuo terá que representar enquanto ator nesse teatro!... Assim, não só ele passa a agir segundo os padrões esperados pelo papel (os únicos que lhe foram ensinados), como os outros atores também contracenam com ele enquanto pessoa estigmatizada reforçando ainda mais esse papel (GLAT *apud* SILVA, 2006, p.427).

A rotulação é algo que pode prejudicar as relações sociais da pessoa com deficiência, que pode inibir essa pessoa, e fazer com que ela acredite que faz parte de um grupo alheio ao restante das pessoas.

Tomando com base o surdo, a rotulação pode existir no contexto escolar, mas esse é um risco que as mães e as pessoas com deficiência precisam correr no processo de inclusão. As mães devem ter consciência do caráter positivo que a inclusão pode trazer ao filho com deficiência e como isso pode implicar o sucesso do desenvolvimento do filho, pois quanto maior e mais precoce é o conhecimento sobre as possibilidades que o filho tem de ter uma vida de bem estar, maior a chance disso acontecer no tempo certo. O que significa passar por uma escola regular no período adequado chegando a idade padrão de escolher uma faculdade e em seguida tentar ingressar no mercado de trabalho. Mas isso dependerá, é claro, do ritmo de cada pessoa.

A vigilância dos pais na detecção da surdez, é de grande valor para um diagnóstico precoce e desenvolvimento pleno da criança.

Um deficiente auditivo pode ter um desenvolvimento da linguagem e do aprendizado semelhante ao do ouvinte normal, desde que seja devidamente estimulado. Por outro lado, a reabilitação inadequada, insuficiente ou tardia pode reapresentar déficits irreversíveis (ALMEIDA in FONSECA, 2001, p.95).

Assim como o diagnóstico precoce, o conhecimento dos direitos da pessoa com deficiência garantidos pela Constituição Brasileira de 1988, mais precisamente

em seu Art. 205, quando diz que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988, p.145), é essencial para o sucesso na inclusão.

Por isso, além da consciência das mães que os filhos precisam e têm direito as mesmas condições de educação que qualquer outra pessoa, a escola regular também tem um importante papel nessa jornada inclusiva. Mas a escola precisa da parceria tanto da família quanto de apoio médico e especializado para um trabalho de qualidade.

Essa é uma tarefa coletiva, compartilhada entre o professor do ensino regular e especial; tem este último a função de mediador e articulador do projeto inclusão. A participação e cooperação dos pais, terapeutas ou serviços especializados são fundamentais para que se atinja o objetivo de promoção do desenvolvimento global e o avanço no processo de aprendizagem desses alunos (MONTE e SANTOS, 2005,p.31).

O estranhamento que o deficiente causa no primeiro momento _ principalmente aqueles em que a deficiência é bastante visível e severa _ é perfeitamente compreensível, dentro do contexto cultural aqui explorado, mas a incapacidade de ultrapassar esse estranhamento acaba impedindo que seja dada a oportunidade dessas pessoas mostrarem suas qualidades, habilidades. Ou se é hostil, excluindo totalmente a pessoa, ou se é caridoso e enxerga somente a fragilidade dessa pessoa. “As pessoas com deficiência causam estranheza num primeiro contato, que pode manter-se ao longo do tempo a depender do tipo de interação e dos componentes dessa relação” (SILVA, 2006, p. 426).

A surdez é uma das deficiências que causam bastante estranhamento, não ao olhar, mas ao tentar algum tipo de comunicação, pois geralmente, quando sabemos que alguém é surdo, ficamos sem saber como lidar com a situação, e ao invés de buscar informações, preferimos nos afastar da pessoa e nos livrar de todo aquele trabalho de tentativa de comunicação.

Amaral [...] chama de “generalização indevida” o juízo que transforma a condição de limitação específica de uma pessoa em totalidade, ou seja, ela torna-se deficiente por ter uma deficiência: “correlação linear” é a disposição para elaborar relações do tipo “se...então” , simplificando de forma demasiada o raciocínio, consolidando o preconceito pela economia do esforço intelectual (SILVA, 2006, p.427- 428).

O deficiente auditivo sofre muito, pois sua deficiência afeta diretamente a relação com as pessoas, visto que a linguagem oral é o principal meio de comunicação em nossa sociedade, o desenvolvimento da pessoa que possui esse tipo de deficiência pode ser bastante comprometido.

A comunicação é um fenômeno multissensorial e complexo que tem relação direta com o desenvolvimento intelectual e o entrosamento social dos indivíduos. A audição é extremamente importante para o desenvolvimento da linguagem e a aquisição de conhecimentos.(ALMEIDA *apud* ALMEIDA *et al.*, 2001, p.5)

O diagnóstico precoce da pessoa surda, assim como em qualquer outra deficiência, é bastante importante, pois pode lhe permitir uma possibilidade de um desenvolvimento mais completo. E nesse diagnóstico, a família tem um papel importantíssimo na observação do filho de possíveis demonstrações de alterações comportamentais, visto que não há ainda uma forma eficaz para diagnosticar a deficiência auditiva, e é a partir da suspeita dos pais que a criança passará por uma série de testes que confirmarão ou não a deficiência (ALMEIDA, 2001).

O apoio da família é muito importante em qualquer caso de deficiência física e por isso o acompanhamento profissional deve incluir a família em seu programa para que conhecendo melhor a situação de seu filho, essa possa vir ajudá-lo de forma mais efetiva. Sobre a deficiência auditiva, Stredler-Brown esclarece que:

Desde que começamos a identificar recém- nascidos com perdas auditivas, os programas centrados na família têm-se tornado cada vez mais importantes. Devemos considerar a família como cliente: é ela que precisa aprender sobre perdas auditivas e compreender as implicações destas no desenvolvimento de seu filho. (STREDLER-BROWN *in* FONSECA, 2001, p.116).

Os pais, na maioria das vezes ,não tem consciência das conseqüências que um diagnóstico tardio pode ocasionar no desenvolvimento psicológico do filho. Segundo Fonseca (2001), um dos fatores que podem influenciar no desenvolvimento psíquico de um bebê que nasce completamente surdo, é quando seus pais são ouvintes, pois são grandes as dificuldades dos pais para aprender a lidar com a situação de uma maneira que não afete o desenvolvimento do filho. Um outro fator, que a autora considera prejudicial ao desenvolvimento da criança surda, é a dificuldade encontrada para realizar a separação do seu eu com o restante do

mundo, pois não consegue ouvir sua própria voz e nem a de seus pais, o que impossibilita realizar uma diferenciação sonora, a qual, é um dos primeiros e importantes estímulos para o desenvolvimento somatopsíquico da criança.

[...] estar envolvido pelos sons e pela voz da mãe ocorre (e parece ter sua função) no desenvolvimento da criança ouvinte. Didier Anzieu (1976) nos fala no envelope sonoro do self, que estaria relacionado, segundo ele, com a delimitação das fronteiras somato-psíquicas do indivíduo (FONSECA, 2001 p.41).

Enfim os pais precisam ter consciência da condição do filho para assim ter também consciência de como o processo de inclusão escolar é complexo, não basta simplesmente colocar o filho na escola e imaginar que isso vai garantir seu aprendizado. Tendo o acompanhamento necessário e sabendo das reais possibilidades do filho surdo, as mães poderão entender, que a escola por si só não conseguirá cumprir todos os papéis necessário para o sucesso da inclusão, o qual deve englobar: escola, família, estado, sociedade.

A inclusão é um processo delicado, que perpassa por construções sociais e culturais, por conceitos preestabelecidos e sustentados cada vez mais em nosso meio através da mídia, do capitalismo que tende a associar a imagem de perfeição física com as capacidades intelectuais do ser humano. Por isso, para que haja inclusão, não bastam apenas modificações físicas ou simplesmente haver garantias legais, mas sim, uma profunda modificação no sistema de ensino, uma mudança de valores da sociedade e principalmente uma desmistificação com relação a pessoa com deficiência (MAZZOTA, 2005).

A inclusão é aceitar que a diversidade faz parte do nosso cotidiano, e aprender a respeitar a subjetividade de cada um, por isso não basta colocar pessoas com deficiência em uma mesma turma dos ditos normais, e capacitar o professor com cursos técnicos para trabalhar com esse aluno etc., mas de uma consciência de que a pessoa com deficiência precisa e deve sentir-se parte da comunidade humana, o que fica claro na frase de Sassaki. “O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade dentro da comunidade humana.”(SASSAKI, 1997, p.123)

O deficiente não poderá se sentir parte da sociedade se não for tratado como tal. Esse tratamento deve começar de onde todo ser humano inicia sua vida, no seio da família. Levando em conta a questão da surdez, se essa pessoa não consegue uma boa comunicação dentro da sua própria casa com os pais e demais parentes, se nem do ambiente familiar ela se sente parte integrante, imagine da comunidade humana. É preciso uma reflexão, principalmente das mães com filhos com deficiência, sobre sua visão de inclusão, e os efeitos que essa visão tem sobre o que elas estão fazendo para exigir uma posição inclusiva da sociedade, e para que seus filhos também possam fazê-lo.

Tratou-se, neste capítulo, das relações entre deficiência e inclusão. O capítulo seguinte vem analisar a percepção das mães acerca da inclusão. Para isso, foram realizadas entrevistas, cujo conteúdo foi organizado em três categorias: a concepção de deficiência, a percepção do preconceito e os efeitos da inclusão. Essas três categorias, agregadas, ajudaram a elaborar uma quarta: o conceito de inclusão.

3. AS CONCEPÇÕES DAS MÃES ESTUDADAS ATRAVÉS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Esta pesquisa foi realizada em Marabá no ano de 2007 na Escola José Bonifácio, onde são atendidas pessoas com deficiência auditiva e deficiência visual. Esse trabalho ocorre há doze anos nesta escola, e é realizado pela professora Francisca⁴; sua formação é graduação em Pedagogia, a professora já participou de vários cursos na área da educação especial e deu varias formações para outros professores. Durante o trabalho de campo realizado nessa pesquisa no período de outubro e novembro de 2007, estavam sendo atendidos, no horário vespertino, doze pessoas com problemas de surdez.

Como esse trabalho ocorre há tanto tempo, a professora acompanhou o final do período chamado de integração, onde os alunos surdos estudavam na sala especial durante três anos, e só depois eram integrados à sala regular. Em 2001, iniciou-se o processo de inclusão: a sala especial passou a se chamar sala de recursos, os alunos surdos já iniciavam na escolar regular, e em outro horário iam para a sala de recursos para trabalhar algumas de suas dificuldades. A professora relatou que, em 2008, houve uma mudança, a sala agora se chama sala multifuncional, na qual, além dos surdos, e deficientes visuais são atendidas pessoas com outras deficiências.

Dessa pesquisa participaram indiretamente seis alunos surdos, pois a pesquisa foi realizada com as mães deles; dos seis alunos escolhidos, dois freqüentavam o ambiente apenas por hábito e por amizade com a formadora, pois já haviam concluído o ensino médio, portanto o trabalho com a Francisca já havia terminado. As idades dos alunos, que foram propositalmente escolhidas, por já

⁴ Serão usados pseudônimos para todos os participantes da pesquisa, com o objetivo de proteger sua identidade.

haver uma história e experiência maior das mães acerca da situação dos filhos, variaram de 18 a 29 anos.

Os alunos envolvidos na pesquisa tinham como única deficiência a surdez, com exceção de um, que além da surdez, (segundo a mãe) tinha uma leve deficiência mental causada por uma arritmia cerebral que teve quando criança.

As mães dos alunos que participaram da entrevista tinham em média 38 a 50 anos, três eram donas de casa e três trabalhavam fora, dessas três que trabalhavam fora, uma trabalhava na parte administrativa de uma empresa, outra na secretaria de uma escola e a terceira era trabalhadora autônoma.

Em todos os casos, o diagnóstico partiu primeiro da percepção da mãe, para depois haver a confirmação médica. Em quatro dos casos, as crianças já nasceram com a surdez, cuja causa não foi identificada pelos médicos, nos dois outros casos, um foi ocasionado por que a mãe teve rubéola durante a gravidez, ou seja, a criança também já nasceu surda, mas a mãe já sabia da possibilidade do acontecimento, no outro caso, a surdez foi ocasionada (segundo a mãe), quando a criança tinha uns dois anos de idade, por causa de uma febre muito alta que o levou a convulsões.

Para a realização da pesquisa, o primeiro procedimento foi o conhecimento do local, juntamente com uma conversa informal com a educadora que trabalha com alunos surdos, para que ela pudesse passar maiores informações sobre o trabalho ali realizado, e pudesse indicar, segundo sua visão, as mães que poderiam ser mais receptivas e acessíveis para a pesquisa. Foi elaborada uma autorização, para que as mães assinassem permitindo a realização da pesquisa, em seguida as entrevistas foram previamente agendadas por telefone, fornecidos pela escola. Os dias da entrevista ficaram a encargo da disponibilidade de cada mãe. O segundo passo foi entrevistar cada mãe separadamente. As técnicas utilizadas foram entrevistas semi-estruturadas, que duraram de dez a trinta minutos. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra para análise⁵.

⁵ Para a transcrição, foram usadas as normas propostas por Preti (1997).

As categorias de análise foram elaboradas a partir dos objetivos da pesquisa. Desse modo, se organizaram em: **concepção de deficiência**, que consistia em analisar o que as mães entendiam como deficiência e até onde essa concepção podia afetar a sua visão de inclusão, **percepção do preconceito**, como forma de compreender como as mães viam o preconceito na sociedade, e principalmente como isso afetava seu filho dentro da escola, segundo sua visão, e os **efeitos da inclusão escolar**, com a finalidade de analisar como a mãe percebe os efeitos da inclusão escolar na vida de seu filho. Essas três concepções foram as formas encontradas para chegar até a quarta e última categoria, **concepção de inclusão**.

Para a análise das entrevistas foi utilizada a metodologia da análise de conteúdo, que para Bardin pode ser considerada:

...como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens... A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que ocorre a indicadores (quantitativos, ou não) (BARDIN, *apud* FRANCO, 2007, p.24).

A análise dos dados da pesquisa ocorreu da seguinte forma: depois de realizadas as entrevistas e os objetivos categorizados, foram montados os quadros de cada categoria, onde foram recortados somente os trechos que interessavam a cada uma delas, em seguida esses trechos foram analisados e comentados de forma contextualizada. A partir dessa análise foram formados indicadores, conceitos que formaram subcategorias, que são; deficiência vista como limitação, deficiência como algo estranho, as quais surgem na categoria **concepção de deficiência**, o preconceito através da rotulação, inclusive dentro da própria família, que aparece na **percepção do preconceito**. Surgiram também a inclusão como contribuição para a socialização e como perspectiva para o futuro, dentro dos **efeitos da inclusão escolar**. Na quarta e última categoria que é a **concepção de inclusão**, surgiram, a inclusão como forma de despertar a atenção das pessoas para as diferenças e como busca de Igualdade.

As subcategorias formadas a partir dessa metodologia foram de extrema importância para não perder a relação com a teoria utilizada na pesquisa, impedindo assim uma fuga do assunto investigado. A seguir serão analisadas as categorias formuladas.

3.1. -CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA

Analisando as entrevistas, em busca das concepções de deficiência das mães que possuem filhos surdos, nos deparamos com a conclusão de que as mães, em sua maioria, apresentaram um estranhamento inicial muito grande com relação a deficiência de seus filhos, pois sentiam-se despreparadas para lidar com a situação. Fica evidente também em grande parte das falas das mães que **a deficiência é vista como limitação**, as mães limitam a capacidade dos filhos em função da deficiência, ou seja subestimam a competência deles para realizar certas tarefas, ou usam o argumento que aprendizagem não ocorre de forma mais rápida na escola por causa da deficiência, é onde **a deficiência é vista com estranhamento**.

3.1.1. A deficiência vista como limitação

Algumas mães entendem a deficiência como empecilho para o filho alcançar algo maior, como a independência, outras acreditam na capacidade que o filho tem de se tornar uma pessoa autônoma, mas acham que a deficiência prejudica bastante, retardando esse acontecimento. Para Diniz:

Todos os deficientes experimentam a deficiência como uma restrição social, não importando se essas restrições ocorrem em consequência de ambientes inacessíveis, de noções questionáveis de inteligência e competência social... (DINIZ, 2006, p. 21).

Querendo ou não, a sociedade tende a limitar a capacidade do deficiente, antes mesmo de lhe dar a chance de mostrar o que pode fazer. As mães, como parte da sociedade e também pelo sentimento de proteção maternal, se deixam levar por esses preconceitos tendo maior dificuldade em se separar do filho.

Ent: qual a confusão? de que talvez ele não conseguisse estudar ?

[

Mãe: não que... puxa a vida que ele não era uma criança - - que eu tinha um filho diferente eu pensava ... eu pensava que ia ser mais difícil que os outros filhos na sociedade que todo mundo da sociedade- - quem já falava era difícil imagine quem não falava ... então eu colocava muito obstáculo

Ent: para ele trabalhar para ...

Mãe: para tudo... para conviver junto com as outras pessoas...

(Entrevista D, p. 1 e 2, Linhas 45 a 51)

Esse trecho da entrevista D retrata bem a questão da limitação imposta pelas mães por causa da surdez dos filhos. As mães em geral, querem proteger os filhos de todo mal que possa vir a atingi-los, e quando uma criança tem algum tipo de deficiência é perfeitamente normal que exagerem mais ainda nessa proteção, mais é preciso sempre ter em mente que papel da mãe e de toda família é fundamental na construção da autonomia do filho, que a educação começa em casa, e se em casa nas pequenas coisas, nós não incentivamos essa construção encorajando o filho surdo a realizar algumas tarefas sozinho, isso vai refletir no seu desenvolvimento lá fora, em todos os âmbitos, educacional, social, e profissional. Rego e Soares reforçam essa importância da família quando citam D' Antonio (1998) que diz: "que a família é o primeiro e mais importante 'berço' do indivíduo, tendo como função original satisfazer todas as necessidades físicas, afetivas e sociais da criança, cumprindo também a função mediadora entre a criança e o mundo social" (D' ANTONIO, *apud* REGO e SOARES, 2003 p. 42).

É de grande importância que os pais, as pessoas da família em geral tenham consciência de que o surdo pode ter uma vida razoavelmente enriquecedora, desde que lhe seja dada as condições que tem direito, como uma escola adequada, professores preparados, material e ambiente adequado. E se essa consciência começa a ser despertada logo após o nascimento da criança, as chances de ter melhor qualidade de vida são bem maiores.

A limitação existe, mas não somente para a pessoa surda, todos nós temos limitações; o que não devemos fazer é usar puramente a deficiência para explicar o

não-sucesso ou fracasso educacional do surdo. Até o próprio relacionamento social com as crianças ouvintes pode ser incentivado desde a infância, tendo o cuidado para não separar o filho das demais crianças ouvintes. por acreditar que ele não vai conseguir se relacionar. “O papel da família é também o de remediar, treinar e incentivar as relações sociais da criança em diferentes ambientes sociais e, com a criança deficiente, este papel não é diferente” (REGO E SOARES, 2003 p. 44).

3.1.2. Deficiência como algo estranho, alheia a sociedade.

Algumas mães demonstraram em suas falas que pelo menos inicialmente a surdez dos filhos causou um impacto, um estranhamento muito grande na família, estranhamento que ainda permanece entre os parentes que não têm muito contato com o filho surdo, esse estranhamento também reflete na dificuldade de socialização dos filhos com os ouvintes, sendo que a maioria das entrevistadas declarou que seus filhos têm muitos amigos surdos e poucos amigos ouvintes.

Mãe: demorando de falar - - enfim aí quando eu soube mesmo que eu levei ela no médico que soube que ela tinha deficiência auditiva- - para mim foi muito difícil eu me acostumar ... achava muito difícil... pensava assim que- - isso para mim era uma barreira foi muito difícil chora::va... as vezes o pai dela também ficava triste achava aquilo ali um... tabu na minha vida ... eu dizia... eu não sei se eu vou ter força para mim agüent::a... não sei como vai ser a... vida dela assim... o dia a dia ... como que eu vou me acostumar

Mãe: deficiência auditiva... ela comunica bem... ela tem assim aquela amizade... mais amizade ma::is é com... deficiente auditivo né... ela tem assim ... tem um coleguinhas que visita ela... ela vai na casa deles... na escola... só que ela tem também essas amizades ((amizades com pessoas ditas normais)) mais... mais são eles né ((pessoas com deficiência auditiva)) é por que há uma facilidade de ...

[

Ent: de comunicação? (Ent. C, p.6, linhas 256 a 263)

Nesses dois trechos da entrevista C, podemos perceber claramente que o estranhamento está presente, pois como já foi dito em outro momento, encarar o novo não é fácil, e esse estranhamento inicial, principalmente dos pais não é anormal, pelo contrario é perfeitamente normal, principalmente no caso de pessoas surdas, tendo em vista que na grande maioria dos casos só se identifica a surdez após o nascimento, essa família não foi estruturada, preparada para a chegada de um filho surdo, e espera um filho que siga os padrões da normalidade já estabelecidos pela sociedade. Rêgo e Soares (2003) acrescentam nesse sentido quando dizem:

Assim, quando um homem e uma mulher se unem com a função de iniciar uma nova família, através de uma relação afetiva econômica, dentro de normas e valores estabelecidos por eles, procuram dar segmento com a chegada dos filhos. Estes são gerados em meio a expectativas sociais de que estejam dentro dos padrões sócias e culturais estabelecidos. Os pais idealizam como deve ser esta criança e criam várias expectativas (REGO E SOARES, 2003 p. 42).

Como a porcentagem de pessoas com algum tipo de deficiência é bem menor que aqueles considerados normais, a sociedade tende a encarar o mundo ignorando essas pessoas; é como se elas não existissem, e quando uma dessas pessoas chega a um patamar mais alto, acaba sendo um exemplo de luta e perseverança, pois vencer todas as dificuldades e barreiras que a própria sociedade impõe mesmo inconscientemente para a pessoa com deficiência, quebrar tabus em mundo capitalista, onde as pessoas são manipuladas pela mídia, a imagem, a perfeição física e mental são essenciais, realmente exige muita força de vontade.

A não- visibilidade das pessoas com deficiência no âmbito das relações sociais é o que determina sua ausência na mídia, posto que, na lógica da indústria cultural, não existem necessidades a elas relacionadas. Sendo assim, o silêncio sobre elas é anterior e exterior aos veículos de comunicação, e suas poucas aparições ficam restritas a campanhas publicitárias para arrecadação de recursos para as instituições filantrópicas que veiculam mensagens que as representam como vítimas ou como vítimas ou como heróis (SILVA, 2006 p.428).

O estranhamento causado pela deficiência é um dos fatores que criam uma barreira que impede a sociedade de conhecer mais sobre o assunto, o medo de está sujeito a se tornar também um deficiente, seja por uma bala perdida um atropelamento, ou até mesmo uma doença, é maior do que a vontade de saber mais sobre a vida que aquela pessoa leva, de descobrir do que uma pessoa mesmo sem ouvir é capaz de fazer. Essa falta de conhecimento acaba criando uma espécie de limitação prévia, ou seja, limitamos a pessoa surda pela sua deficiência. Não acreditamos na capacidade que um surdo tem de entender sobre música, por exemplo, indo mais longe, a capacidade que um cego tem de tocar instrumentos, escrever livros, mesmo tendo alguns exemplos que conseguem emergir em nossa sociedade, esquecemos isso facilmente e ficamos com a opção de continuar limitando a capacidade da pessoa com deficiência. O texto a seguir, se trata da percepção do preconceito, e vem esmiuçar essa questão de avaliarmos a capacidade das pessoas por sua deficiência.

3.2. PERCEPÇÃO DO PRECONCEITO

Em busca das principais dificuldades, com relação ao preconceito, enfrentadas pelas mães que possuem filhos surdos, foram encontradas duas situações mais marcantes; na grande maioria das entrevistas, com exceção de duas das seis realizadas **O preconceito aparece através da rotulação**, nesse caso as mães demonstraram-se bastante revoltadas. Percebe-se também que o **preconceito ocorre dentro da família**, essa situação segundo as mães é bastante delicada, pois envolvem sentimentos de mágoa, revolta, enfim sentimentos mais íntimos.

3.2.1. O preconceito através da rotulação

As mães afirmam ter enfrentado situações constrangedoras, como a vizinhança substituir o nome do seu filho pela deficiência, o que para elas acaba se tornando uma ofensa, como fica bem claro no trecho abaixo:

Ent: agora com relação a...a preconceito... já houve muitos casos em que a senhora/

[

Mãe: já**Ent:** teve que interferir ? a senhora pode me citar um exemplo assim?**Mãe:** muitos casos... assim como o filhinho do vizinho na época de criança "oi chama aí o mudinho para mim... hei mudinho vem aqui" ... então muitas vezes eu dizia... não chame meu filho de mudinho... por que a mãe pode ser o que for ... ela nunca gosta que chame o filho daquilo... eu sempre gostei de chamar ele de Paulo o nome dele é Paulo (Ent. D,p.5, linhas 224 a 233)

Em geral, as pessoas tendem a fazer esse tipo de substituição, é como se a pessoa com deficiência não tivesse identidade própria, apenas fizesse parte de um conjunto de pessoas diferenciadas das demais, e assim é com a pessoa com deficiência mental, com o cadeirante, com a pessoa que perde algum membro com o surdo auditivo, etc.

Quando passamos a reconhecer alguém pelo rótulo, o relacionamento passa a ser com este, não com o indivíduo. E, assim, idealizamos uma vida particular dos cegos, dos surdos, que explica todos os seus comportamentos de uma forma inflexível, por exemplo: ele age assim por que é cego (SILVA, 2006, p. 11).

Custamos a entender que essa pessoa é alguém como nós, com suas limitações e potencialidades, e na maioria das vezes esquecemos dessa última, e vemos o surdo somente com suas limitações e reforçamos essas limitações nas rotulações, pois quando chamamos alguém que tem deficiência auditiva de mudinho, estamos enfatizando a sua incapacidade de ouvir.

Ent: é... já houve algum tipo de preconceito com relação a ele desde o nascimento?**Mãe:** da família não... mais de gente de fora sempre**Ent:** um exemplo assim**Mãe:** sempre tem... principalmente no colégio assim... por que os meninos vê apelidam sabe... faz graça da cara sabe... fica caçoando assim da pessoa**Ent:** e ele se chateia com isso ?**Mãe:** a quando ele era/ agora hoje em dia não... mais antigamente ele se chateava de mais... (Ent. B,p.4, linhas.163 a 171)

A rotulação também pode fazer com que as pessoas que tem deficiência se sintam cada vez mais excluídas de uma sociedade padronizada, no caso dos surdos, uma sociedade que valoriza somente a capacidade dos ouvintes, é como se esse fosse uma a parte inativa da sociedade, adormecida, uma pessoa não produtiva.

E as mães, têm um papel importantíssimo na mudança dessa situação, o de conhecer os direitos do filho e lutar por eles, o de fazer do filho uma pessoa autônoma, capaz de mostrar as suas potencialidades, e sendo a família o alicerce de todo ser humano, ninguém poderia exercer de maneira melhor esse papel.

...a família, como grupo social primário, desempenha uma função formativa e determinativa no desenvolvimento cognitivo-afetivo do indivíduo e no modo como este se situa e interage na sociedade, mesmo em idade adulta. É através da identificação com os primeiros "outros significativos" --- mãe, pai e demais membros da família - - e das reações destes ao seu comportamento que a criança tem seu primeiro contato com o mundo e aprende a desenvolver os papéis e atitudes essenciais para seu processo de socialização (GLAT, 2004 p.1).

As pessoas com deficiência, assim como qualquer outro ser humano, quando são incentivadas desde criança a mostrar suas potencialidades e principalmente sente a expectativa do outro a seu respeito tem mais chances, de se tornar uma pessoa autônoma, pois quando o outro acredita que somos capazes tendemos a mostrar que podemos ir além.

3.2.2. Quando o preconceito aparece dentro da própria família

O sofrimento da criança e da mãe, que geralmente é a pessoa mais próxima é muito grande quando existe o preconceito dentro de casa, pois a mãe em geral se culpa pelo filho ter nascido com problemas, e se sente incapaz impotente diante da situação."Sentir-se responsável pelo problema de seu filho é uma forma de tentar elaborar o que deu errado. Assume-se a culpa, por que quando existe um culpado, ao menos existe uma explicação". (MILLER, 1995, p.55).

Mãe: quando eles descobriram... para mim foi uma grande surpresa... aí foi onde começou todo o meu sofrimento... por que eu não queria aceitar mesmo

Ent: a senhora cho::rou ?

Mãe: chorei mui::to... cada consulta eu chorava muito eu... eu só não entrei em depressão por que eu precisava criar ele... eu imagino que deus sempre me deu força para que- - logo eu criei ele sozinha sem pai ... que o pai dele morreu também cedo ... e... foi muito difícil para mim muito difícil mesmo... (Ent. D,p.1,linhas 14 a 20)

A mãe sofre ao sentir que seu filho é rejeitado por primos, tios, e as vezes até pelo próprio pai, como fica claro no trecho abaixo, e conseqüentemente o filho sofrerá também por não se sentir parte de sua própria família, o que pode ocasionar problemas psicológicos futuros como: sentimento de incapacidade, inutilidade, enfim sentimentos que possam vir a prejudicar muito seu desenvolvimento.

Ent: é... já houve assim algum tipo de preconceito com o Leandro?

Mãe: muitos na família

[

Ent: a senhora podia citar algum exemplo

Mãe: muito né... na família? ou na...?

Ent: pode ser dois... pode ser na família e...

Mãe: na família né... minhas irmãs muitas vezes- - agora não... agora já está aceitando... mais eu lembro que uma vez eu fui para B. né ... e minha irmã tinha mais... tinha três filhos da idade dos três que eu tinha... por que eu tenho três também né

Ent: humrum

Mãe: e ela não conseguia deixar os filhos dela brincar com o meu né?

Ent: com o Leandro?

Mãe: com o Leandro... não conseguia de jeito nenhum né... ele queria brincar com os brinquedos... ele queria- - o que é normal de toda criança né

Ent: humrum

Mãe: querer pegar o brinquedo do outro né

Ent: com certeza

Mãe: toda criança tem isso... mais elas não viam por ele ser criança...

(Ent. E,p. 6 e 7, linhas 278 a 296)

Enfim esta é uma situação em que qualquer ser humano, independente de ter deficiência, se sentiria mal ao perceber que as pessoas o rejeitam, mas o caso da pessoa surda é muito mais delicado, por que ela não pode simplesmente mudar seu comportamento para ser aceita em um grupo, o que muitas vezes é possível para o “normal”, pois ser surdo é uma marca, uma característica que na maioria dos casos jamais vai desaparecer. O surdo não vai poder voltar a ouvir, pelo menos em grande parte dos casos. Ou o grupo o aceita com essa limitação e tenta adequar-se ou simplesmente o exclui, e infelizmente as pessoas tendem a seguir a opção mais fácil, que é rejeitar tudo que parece estranho a vida normal e organizada que levamos, por que a pessoa precisaria se esforçar para aprender LIBRAS se ela pode ter milhões de amigos normais que falam, que ouvem? Por que ameaçar sua concepção de mundo já formada?

O preconceito materializa um possível efeito do encontro entre pessoas, quando são acionados mecanismos de defesa diante de algo que deve ser combatido por constitui-se uma ameaça. Num mundo em que o medo prevalece, indicando um perigo objetivo, e ao mesmo tempo, não possibilita sua elaboração, as formas de organização social seguem negando de forma renovada, a diferença (SILVA, 2006, p.425).

Quando se é rejeitado na escola, por exemplo: por colegas de classe independente de ter deficiência ou não qualquer criança já começa a demonstrar a sua tristeza ou frustração na rotina escolar, imagine ser rejeitado dentro de casa pelo próprio pai, como é o caso que aparece na entrevista E:

Ent: uma coisa que eu esqueci de perguntar para senhora... o pai do Leandro... no começo ele ficou meio assim teve algum

Mãe: foi muito duro né ... ele não me ajudou quase em nada né ... ele não(incompreensível) eu falava para levar ele para passear né “não...não vai você ... que você tem jeito de lidar com ele eu não tenho né” teve um pouco de rejeito tanto o pai como os irmãos... e eu sofri muito sabe muito... muito... muito...muito... eu tenho pegado muito com Deus para Deus me ajudar ...não é lidar com ele... eu não tive muito apoio né...

Ent: e hoje o relacionamento dos dois?

Mãe: ele não tem paciência com o pai dele... ele disse que o pai dele não sabe falar com ele... o pai dele as vezes... hoje em dia que brincar com ele... eu digo agora é tarde... agora é tarde... (Ent. E, p.12 e 13, linhas 555 a 566).

Ver o pai brincando e passeando com os irmãos enquanto é deixado de lado não deve ser fácil, tanto que agora como está bem claro na entrevista, o filho sente uma mágoa muito grande do pai que o impede de ter um bom relacionamento pai e filho.

A família da pessoa com deficiência tem um papel importante quando se trata de rotulação, pois é indispensável que os parentes mais próximos tomem um posicionamento firme de não aceitar que o filho que tem nome e sobre nome, como qualquer outra pessoa, seja chamado de “mudinho”, “doidinho”, como é o caso do surdo. O tratamento que a própria família dá para o surdo pode induzir as pessoas a rotulação, principalmente as pessoas mais próximas; os pais precisam então tomar cuidado com o seu posicionamento acerca da deficiência do filho. Fazer o filho acreditar que não é nenhuma aberração, que todos são diferentes é algo que pode ajudar para que não se sinta inferior diante de rotulações ou preconceitos bobos.

Aceitar que o filho tem uma deficiência que pode impedi-lo de ter uma vida normal, não deve ser fácil, é preciso desmistificar toda uma cultura, de que para sermos felizes e ter bons resultados na vida, temos que ser fisicamente e intelectualmente perfeitos. É preciso uma mudança de conceitos, conceitos estes que crescemos ouvindo e vemos ser reforçados na vida, e para isso ocorrer é necessário tempo e principalmente estar disposto e aberto para o novo.

As mães não conseguem aceitar que o próprio marido, e demais parentes rejeitem o filho por causa da surdez, se mostram indignadas com isso, e dizem perceber a tristeza dos filhos com essa rejeição. As mães não admitem rotulações, sempre alegam que os filhos têm nome, por isso não vêem necessidade de alguém chamá-los de “mudinho”, mas em nenhum momento apresentam uma explicação mais elaborada sobre isso, apenas não aceitam.

A próxima categoria, denominada efeitos da inclusão, vem agregar as falas das mães que mostram os efeitos positivos que ocorrem na inclusão vivenciada pelos filhos.

3.3. EFEITOS DA INCLUSÃO

As entrevistas foram analisadas, na tentativa de encontrar os efeitos da inclusão escolar dos alunos com deficiência auditiva, na visão das mães. Os efeitos variaram, mas foi possível perceber dois efeitos principais, dos quais o primeiro aparece em comum na fala da maioria das mães, que é **a inclusão como contribuição para a socialização**, um item em que as mães se mostraram bastante satisfeitas. Uma outra mãe já achou que além da socialização a inclusão aumentou as expectativas para o futuro, ou seja **a inclusão como perspectiva para um futuro melhor**. Uma das mães também achou o filho adquiriu maior responsabilidade.

3.3.1. A inclusão como contribuição para socialização

As mães acreditam que após o filho ter passado por uma sala de aula comum, começaram a apresentar melhoras significativas na socialização com as pessoas, perdendo um pouco a timidez.

Ent: e... a...você sentiu alguma diferença nele depois que ele começou a estudar junto com os outros em alguma coisa assim acha que melhorou ?

Mãe: ele melhorou que ele ficou mais - - que ele era muito inibido assim ai ele desenvolveu mais junto com os outros

Ent: por que ele saiu daquele mundinho dele onde/ que era só ...

Mãe: é... só ele ali junto com os outros ((outros deficientes visuais)) aí ele melhorou

Ent: é... então contribuiu um pouco né esse negócio dele ta estudando junto com os outros você acha que contribuiu para melhorar a vida dele ?

Mãe: contribuiu muito

Ent: contribuiu assim por que ele amadureceu ele perdeu mais a vergonha de conversar com os outros ?

Mãe: isso

Ent : ta

Mãe: acabou aquela timidez que ele tinha

(Ent. B,p.2,linhas 83 a 89).

Viver em um mundo imerso no silêncio para nós ouvintes parece impossível, realizar tarefas do dia a dia, trabalhar, estudar, nos divertir, sem ouvir nenhum tipo de ruído, não dar nem para imaginar, talvez seja isso que nos afasta dessas pessoas, e nos faz olhá-las com indiferença, por isso é importante que a criança surda seja incentivada, desde cedo, a freqüentar ambientes os quais crianças ouvintes freqüentam, assim tanto as crianças ouvintes, quanto as surdas terão oportunidade de aprender a conviver com as diferenças.

Sabemos que a socialização é de grande importância para o desenvolvimento de qualquer criança, pois através de brincadeiras que consideramos inocentes, as crianças aprendem a conviver juntas, aprendem a respeitar limites, a respeitar as diferenças, e Maluf discorre sobre isso: “... o brincar como atividade livre e espontânea, responsável pelo desenvolvimento físico, moral e cognitivo: e os dons dos brinquedos como objetos que subsidiam as atividades infantis” (MALUF *apud* ARAUJO e MAGALHÃES, 2003, p. 21).

Isso nos faz refletir o quanto a socialização entre crianças “normais” e crianças com deficiência é importante, não só com o intuito de realizar a inclusão, mas com a consciência de que a interação entre os sujeitos, sejam eles deficientes ou não, é de grande valor para o seu desenvolvimento. E a escola tem um importante papel nisso, um papel que exige sensibilidade, compreensão e disposição para mediar essa socialização, e para isso é preciso compreender o universo do surdo, buscando sempre preparar seus profissionais teoricamente, e esse é um grande desafio.

Acredito que um grande desafio para os professores, educadores e psicopedagogos é manter a busca incessante da compreensão do universo em que as crianças deficientes auditivas estão inseridas, que é um universo muito diferente do universo dos ouvintes (CARMO, 2001, p.157).

Muitas pessoas com deficiência conseguem quebrar tabus e tornarem-se autônomas, dona de sua própria vida. Como exemplo a professora Moura que tem síndrome de Down; ela foi uma pessoa que teve a oportunidade de ter uma vida escolar integrada com as demais crianças e soube aproveitar a riqueza que isso lhe proporcionou (MOURA, 2005). Este é apenas um exemplo que quando queremos e nos são dadas as devidas oportunidades, a deficiência se torna uma limitação como outra qualquer, e o efeito da inclusão consciente só pode ser benéfico. Sem contar que o processo de inclusão não traz efeitos positivos somente para o deficiente, mas para todos os envolvidos, pois permite que aprendam a conhecer e respeitar o novo, o diferente.

Aprender a conhecer, consiste em adquirir os instrumentos que se requer para a compreensão do que nos cerca. Para isto, deve-se combinar o conhecimento de uma cultura suficientemente ampla, com algo mais objetivo, concreto referido de uma determinada matéria. Não se trata, portanto, de adquirir conhecimentos classificados e codificados, senão de ajudar a cada pessoa a aprender e compreender o mundo que a cerca, para viver com dignidade, desenvolver suas capacidades profissionais e comunicar-se com os demais. Isto supõe aprender a aprender, exercitando a atenção a memória e o pensamento, aproveitando as possibilidades que a educação oferece ao longo da vida, posto que o processo de aquisição do conhecimento está sempre aberto e pode nutrir-se de novas experiências (SANCHEZ, 2005 p. 10).

Devemos nos dar então a oportunidade para conhecer e compreender o novo, o diferente, e, principalmente, deve ser dada também a chance para tirarmos as nossas próprias conclusões sobre esse fato novo, e não simplesmente incorporar conceitos prontos.

3.3.2. A inclusão como perspectiva para um futuro melhor

Analisando os efeitos da inclusão podemos observar também as expectativas que as mães tem hoje após a inclusão, acerca dos filhos surdos, a grande maioria demonstraram entusiasmo com relação ao futuro dos filhos, acreditando que eles vão conseguir ter uma vida normal e independente.

Ent: é... assim as expectativas para o futuro dele

Mãe: há... eu creio que meu filho vai ser muito feliz... que ele vai conseguir todos os objetivos dele... por que ele é muito inteligente... ele tem muitos sonhos... muitos sonhos

[

Ent: a senhora ACREDITA mesmo assim que ele vai conseguir trabalhar assim normalmente ganhar o dinheiro dele... ser uma pessoa independente assim?

Mãe: eu acredito... acredito plenamente ... por que hoje se eu mesmo quisesse tirar essa pensão que é do INSS... por que só vai tirado se eu assinar por que... foi feito como ele era... além da deficiência ... criança sem o pai ... então mais eu tenho medo hoje... se eu tirar ele vai ... por que ele vai... ele vai ingressar no mercado de trabalho... por que ele é muito inteligente... ele nunca fez um curso para ele ficar - - chegar no final do curso decepcionado (Entrevista D,p.8 linhas 334 a 346).

Retirando as que não demonstraram isso claramente, apenas uma das mães, mais especificamente da entrevista E, não acredita em nenhum momento que o filho possa vir a ter uma vida normal.

Ent: assim as suas expectativas a respeito do futuro do Leandro assim a senhora acha que ele pode desenvolver para arrumar um servi::co... sinceramente... eu quero saber...

Mãe: eu vou ser sincera para você não

Ent: acha que não?

Mãe: não... ainda mais se eu ficar aqui em M... eu acho M mui::to... mui::to difícil para ter um desenvolvimento maior ((desenvolvimento com relação a apoio profissional para Leandro)) nos casos especiais... muito especiais... por que o Alessandro ele é um caso especial... passou de especial... por que tem uns casos que desenvolve mais rápido... e ele... acho que precisa de outra técnica para trabalhar com ele... e se agente continuar aqui... nessa coisinha aí dessa escola né a noite pela manhã que ele vai... não tem muito desenvolvimento nenhum para... para... para poder trabalhar com o aluno entendeu...ele não vai desenvolver... ele não vai conseguir trabalhar... ele não tem... ele não tem assim - - eu vejo nele que ele não consegue mesmo... (Entrevista E,p.6 e 7, linhas 268 a 283).

Podemos perceber nesse trecho da entrevista que a mãe tem consciência do acompanhamento especializado de que o filho precisa, mas ao mesmo tempo demonstra uma total falta de confiança na capacidade de aprendizado dele, e usa a falta de estrutura das instituições educacionais para justificar essa falta de expectativas. Essa mãe, na realidade, alega que o filho também teve uma arritmia

cerebral, que segundo os médicos deixaram seqüelas mínimas, então a mãe utilizou esse fato para a super-proteção do filho durante muito tempo.

Mãe: mais ele não gosta de sair não... ele não gosta de sair sozinho né... e eu nem...- - aí ficou assim né... ele é muito caseiro não sai... mais talvez se eu tivesse deixado... mas não tinha como... as vezes o professor cobra isso de mim

Ent: por que aí ele ia saber se virar mais sozinho... ele se relacionava mais com as outras pessoas

Mãe: humrum as vezes os professores cobram... “à a senhora devia ter deixado mais” mais eu não via... eu não tinha segurança para mim deixar ele só né... eu olhava assim para ele... eu não achava que ele estava realmente preparado

[

Ent: preparado (Entrevista E, p. 7 e 8, Linhas 325 a 335).

A autonomia é fundamental para que a pessoa surda sinta-se capaz, com todos os direitos e obrigações, como qualquer cidadão, a socialização é fundamental nessa conquista pois favorece a troca de experiências.

A autonomia e a independência da criança com deficiência serão constituídas a partir das suas interações sociais e, principalmente, a partir de interações que sejam favorecedoras dessa autonomia e independência (BATISTA e FRANÇA, 2007 p.120).

Enfim, o surdo, assim como muitas pessoas com deficiência é perfeitamente capaz de ter uma vida normal, claro, dentro do seu limite, assim como qualquer ser humano. O que está faltando é a conscientização tanto dos pais quanto da sociedade de enxergar as pessoas como únicas, subjetivas, seres que diferem em ideais em religião, cultura, aparência física, cor, raça, moral. Cada pessoa tem sua maneira única de ver o mundo ao seu redor, e como ninguém é perfeito, cada um tem seu limite quando se trata de capacidades, tanto físicas como intelectuais.

A inclusão deve favorecer a socialização, por que em todos os momentos de nossa vida nós precisamos nos relacionarmos nos comunicarmos, seja no campo profissional ou no círculo de amizades, enfim a inclusão como socialização só pode trazer benefícios, boas perspectivas para futuro. É através da socialização também que conseguimos criar nossos próprios conceitos e construir nossa autonomia o que garante um futuro promissor também, pois inclusão quando realizada de forma

consciente, não apenas para colocar alunos com deficiência em sala de aula regular pode ter um bom reflexo na vida da pessoa com deficiência.

Percebemos então, que as mães acreditam que a inclusão pode trazer e trouxe aos filhos surdos efeitos positivos, favorecendo na socialização, o que reflete em outras situações, como: conquistas profissionais, levando assim à autonomia financeira, e melhora nas relações com as pessoas, tendo a oportunidade de construir sua própria família, independente da outra pessoa ser surda.

Depois de analisadas essas três categorias, temos então subsídio suficiente para chegarmos a concepção de inclusão das mães, assunto que será tratado na próxima categoria.

3.4. CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO

Analisando as concepções anteriores, podemos perceber que algumas mães não tinham conhecimento maior sobre inclusão. As mães comentaram a respeito da reação do outro diante das diferenças, o que levou no decorrer das entrevistas, à conclusão de que, a inclusão na visão de algumas mães **é uma forma de despertar a atenção das pessoas para as diferenças**. Em alguns momentos das entrevistas as mães deixaram implícito que os filhos estudarem em uma escola regular significaria provar que eles são iguais a todos; é quando a **inclusão assume um papel de busca pela igualdade**.

Analisando as entrevistas, observamos que algumas mães apresentam pouco conhecimento sobre inclusão, mesmo os filhos já tendo uma idade (18 a 29 anos) que possibilitaria esse aprofundamento sobre o assunto.

Ent: ... e assim e ele... frequentou a escola regular?

Mãe: ...ai ele começou a estudar lá no colégio na roça - - vamos botar para estudar porque ele não pode ficar sem estudar só que lá na roça não tinha aula para ele própria que ele podia estudar... igual aqui em M. né aí ele ficou dois anos lá estudando

Ent: junto com os outros meninos ?

Mãe: junto com os outros... eu conversei com a professora dos outros alunos ...((outros alunos ditos normais)) aí ela aceitou ele... ai.. .estudo::u - - foi mais de dois anos ... fo::i assim uns cin::co.. seis anos... (Entrevista A, p.2, Linhas 61 a 70)

Nesse trecho da entrevista, percebe-se uma preocupação da mãe apenas em matricular o filho para não ficar sem estudar, pois como não havia escola especial, era o que podia ser feito, não por que houvesse uma consciência acerca da inclusão, mas apenas para que o filho não ficasse analfabeto, levando em consideração que Lucas, o filho da entrevistada “A”, tem vinte e nove anos hoje, e que a família morava no interior, é bem compreensível que há vinte e nove anos atrás não houvesse um entendimento maior acerca do assunto.

A falta de conhecimento dos pais sobre o assunto interfere negativamente no sucesso da inclusão de uma criança surda, pois quanto maior e mais precoce é o conhecimento sobre as possibilidades que o filho tem de ter uma vida “normal”, maior a chance disso acontecer no tempo certo, com menores prejuízos na aprendizagem. Isso significa que a criança terá grande possibilidade de passar por uma escola regular na idade adequada, chegando a idade padrão de escolher uma faculdade e em seguida tentar ingressar no mercado de trabalho. A vigilância dos pais na detecção da surdez é de grande valor para um diagnóstico precoce e desenvolvimento pleno da criança.

Um deficiente auditivo pode ter um desenvolvimento da linguagem e do aprendizado semelhante ao do ouvinte normal, desde que seja devidamente estimulado. Por outro lado, a reabilitação inadequada, insuficiente ou tardia pode reapresentar déficits irreversíveis (ALMEIDA *in* FONSECA, 2001 p.95).

Assim o diagnóstico precoce, é fundamental, pois possibilita uma escolha da família ao tipo de tratamento que vai dar ao filho, e um conhecimento sobre as reais possibilidades que ele tem de levar uma vida feliz, dentro de suas limitações. Quando uma família perde a oportunidade de diagnosticar precocemente a surdez, pode ocasionar sérios problemas no futuro do surdo.

3.4.1 Inclusão como forma de despertar a atenção das pessoas para as diferenças.

Podemos perceber nesse tópico que já aparece uma conscientização de como a inclusão é importante para a vida de todos.

Ent: humrum... e assim no José Bonifácio ela estudar no José Bonifácio ela estudar em uma escola regular... contribuiu para ela ta nesse serviço agora que ela ta ... a senhora acha que contribuiu ajudou para ela ta nesse serviço que ela ta?

[

Mãe: contribuiu sim... e muito... por que hoje graças a deus... a educação ela... ela... fez ... esse... como é que eu quero dizer? me ajuda... se eles estudar na sala

Ent: (incompreensível)

Mãe: assim junto com outros ditos normais né

[

Ent: humrum... que é a inclusão

[

Mãe: que é a inclusão né/ que chama ... então... eu achei isso aí ótimo... por que? por que isso aí faz com que os alunos normais né?

Ent: humrum

Mãe: que somos nós

Ent: humrum

Mãe: para que eles saibam que eles não podem viver... no mundo deles separado

Nesse trecho da entrevista C, é perceptível uma maior preocupação com a inclusão. Essa mãe acha bastante importante a filha ter começado desde criança a estudar em sala regular, por que para ela é uma forma de despertar a atenção das pessoas, para o fato de que existem pessoas com limitações diferentes das nossas. Percebemos então uma relação com a concepção de deficiência, onde ela

deixaria de ser algo estranho, alheia a sociedade para se tornar uma situação comum do dia a dia das pessoas, o que pode diminuir o estranhamento e o preconceito contra a pessoa com deficiência, principalmente na escola, já que a convivência ocorrerá desde cedo, pois em muitos casos as pessoas se fecham para o novo, por não têm sido criados em uma cultura que valorize a diversidade. Silva retrata bem isso: “O indivíduo preconceituoso fecha-se dogmaticamente em determinadas opiniões, sendo assim impedido de ter algum conhecimento sobre o objeto que o faria rever suas posições e, assim, ultrapassar o juízo provisório” (SILVA, 2006. p. 426).

É de grande importância essa consciência da mãe, mas é importante também pensar nas vantagens que a inclusão deve ter para o surdo, em como a escola está se adaptando, tanto no espaço físico como teórico para adequar-se as condições reais do surdo. Góes e Laplane falam de uma pesquisa a respeito da inclusão de duas crianças com deficiência auditiva, onde isso é bem retratado.

Na verdade, o ensino oferecido à classe era muito insatisfatório. Diante de tudo isso, os próprios sujeitos surdos usavam “estratégias de inclusão” para se manterem na escola: atentos ao que os outros faziam e seguindo suas ações, tentavam cumprir os rituais de aula, mantendo uma simulação de acompanhamento das atividades (GÓES e LAPLANE, 2007 p. 71 - 72).

Então é por esses e outros motivos que as mães devem estar atentas para perceber até que ponto a inclusão escolar do filho surdo está de fato favorecendo para o seu desenvolvimento intelectual, social, motor, enfim desenvolvimento integral.

Quando foram analisados os efeitos da inclusão, pudemos perceber como está essa consciência das mães a respeito desse assunto, onde elas ressaltaram a socialização como um ponto importante no processo de inclusão escolar, mas em outros pontos houve contradições, mostrando maior interesse em outros aspectos da aprendizagem dos filhos surdos. A inclusão como contribuição para a socialização deve ser favorável às duas partes, tanto as pessoas com deficiência, quanto para os ditos normais, alcançando, assim, o desenvolvimento enquanto cidadão consciente das diferenças existentes entre nós, não só as diferenças das pessoas com deficiência, mas como seres humanos únicos que somos, cada um

com suas limitações, seu modo de interpretar o mundo; ou seja, temos que compreender que todos são diferentes.

3.4.2. Inclusão como busca de igualdade

Pudemos perceber também uma preocupação da mãe para que o filho seja visto como “normal”, e a escola assume um papel importante nessa tentativa como fica claro no trecho da entrevista “D”. Pudemos perceber que a rotulação que aparece quando é analisada a percepção do preconceito, pode agravar mais ainda essa situação, pois as mães podem se sentir mais ansiosas para que os filhos surdos mostrem resultados na escola, e assim provar que eles não se definem apenas pela deficiência.

Ent: além de tá com a Marta tendo uma educação assim mais específica para ele... mais ao mesmo tempo ele ter um relacionamento na escola junto com os outras crianças... a senhora acha que é importante?

Mãe: é muito importante... por que isso? por que... é para ele saber que ele é igual as outras pessoas... que ele pode conviver na sociedade junto com as outras pessoas- -(Entrevista D,p.3 Linhas 114 a 119)

Todos nós temos limitações, mas achamos de grande valor que os pais de alunos com limitações sensorial como é o caso do surdo, tenham consciência de que o filho, no que se refere à educação tem uma limitação maior que de algumas pessoas, e para que ele tenha uma vida mais digna, com seus direitos preservados, é necessário principalmente na escola que lhes sejam dadas condições para se desenvolver, o que pode implicar em tratamento diferenciado quando for o caso.

Sem alterar o delineamento do currículo e as metodologias, sem estabelecer esquemas de suporte efetivo ao professor, escola não responde ao compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem dos indivíduos diferentes (GÓES e LAPLANE, 2007, p. 74).

Não podemos confundir tratamento diferenciado por direito, com o preconceito. Como a língua de sinais não é ensinada na escola para todos os alunos como uma disciplina e o professor muitas vezes não domina essa língua, o surdo necessita de um apoio especializado para evoluir mais na aprendizagem. Da mesma

forma, acontece quando qualquer aluno não vai bem em matemática por exemplo, e necessita de um reforço extra classe. É nessas horas que temos que perceber onde está o preconceito, se é em nós mesmos ou nas outras pessoas, pois tendemos a ver a deficiência como uma debilidade insuperável. É nesse sentido que a deficiência acaba sendo vista como limitação, algo fora do normal e ela por si só se torna um alvo para o preconceito.

A condição das pessoas com deficiência é um terreno fértil para o preconceito em razão de um distanciamento em relação aos padrões físicos e/ ou intelectuais que se definem em função do que se considera ausência, falta ou impossibilidade. Fixa-se apenas num atributo da pessoa, tornando a diferença uma exceção (SILVA, 2006, p.427).

Incluir o aluno com deficiência, não significa que ele não possa ter um apoio fora do seu horário normal de aula, Will reforça bem isso: “todos os alunos deveriam ser inseridos em classes comuns das escolas comuns, sem descartar a necessidade de manutenção dos serviços de ensino separados” (WILL *apud* MENDES, 2006, p. 07-08).

É necessário que as mães tenham essa consciência que seus filhos precisam e devem ter um tratamento diferenciado, pois isso pode garantir o seu desenvolvimento pleno, embora dentro de suas limitações. Por isso precisamos estar atentos aos avanços dos filhos, que podem não ser os desejados pelos padrões preestabelecidos, mas para eles podem ser avanços significativos.

Quando falamos em inclusão como meio de despertar a atenção das pessoas para as diferenças, não podemos ao mesmo tempo fazer isso e buscar a inclusão como igualdade, pois se acreditamos nas diferenças existentes entre cada ser humano, temos que aceitar e conviver com essas diferenças, seja ela qual for. Não podemos colocar os filhos com deficiência na escola simplesmente para eles serem iguais, mais sim para eles têm a mesma oportunidade de progredir que os outros, para eles desenvolverem sua singularidade, por exemplo: não podemos exigir que uma criança que tem grande facilidade em aprender matemática, consiga compreender tão bem quanto o colega de turma a língua portuguesa, pois somos seres com capacidades individuais, nesse sentido não podemos acreditar que o

surdo ao entrar na escola regular se torne igual aos ditos normais, se nem esses são iguais.

Podemos perceber então que as três categorias analisadas; concepção de deficiência, percepção do preconceito e efeitos da inclusão estão inter-relacionadas, e permitem a formulação da quarta e última categoria, que é a concepção de inclusão das mães. Na concepção de deficiência, as mães mostram seus medos, e a super proteção que pode impedir seus filhos surdos de construir sua autonomia, quebrar barreiras e vencer o preconceito. Ao mesmo tempo têm uma expectativa muito grande acerca da inclusão, e acreditam que após a inclusão os filhos podem ter um futuro melhor, se relacionarem melhor com as pessoas. Todos esses medos e expectativas se juntam ao entender a inclusão como busca de igualdade e na inclusão como forma de despertar a atenção das pessoas para as diferenças.

No próximo capítulo, retornaremos aos objetivos da pesquisa, relacionando-os com as categorias analisadas e avaliando os resultados obtidos.

4. ANALISANDO AS CATEGORIAS E SUAS RELAÇÕES (A TÍTULO DE CONCLUSÃO)

O objetivo geral dessa pesquisa era analisar a concepção das mães sobre inclusão. Para isso, foram propostos objetivos específicos que nortearam a questão, como: saber o que as mães entendem por deficiência, seu posicionamento diante do preconceito, dentro e fora de casa, e levando em consideração o histórico de vida dos filhos surdos, que já são adultos, quais os efeitos que a Inclusão escolar causou na vida deles.

Sobre a **concepção de deficiência**, ficou claro que as mães entrevistadas acreditam que a deficiência é uma barreira muito grande, e demonstram em algumas falas o medo que enfrentaram e ainda enfrentam de dar mais liberdade aos filhos, acreditando que a surdez os torna mais ingênuos que as outras pessoas. Preocupam-se mais com eles do que com os outros filhos, por medo, pois como os filhos surdos não sabem se comunicar direito, na linguagem oral, as mães acreditam que eles possam vir a ser facilmente enganados por outras pessoas, e isso gera um comportamento de super proteção. Mas como todos os filhos das entrevistadas têm a idade adulta, (acima de dezoito anos) algumas mães já conseguiram respeitar mais a autonomia do filho, outras estão em processo de transição dessa fase.

A busca por educação acaba deixando de lado a construção da autonomia e ocorrendo mais no sentido de que os filhos possam se tornar “normais”, mesmo buscando a escola regular para matricular os filhos e dizendo que a socialização é importante para eles se desenvolverem melhor, não o fazem como algo de direito como é garantido por lei, mais sim como forma dos filhos alcançarem os padrões de normalidade, impostos muitas vezes implicitamente pelas normas da educação.

Durante as entrevistas, as mães demonstraram preocupação com o fato do filho não ser considerado normal pela sociedade e também por alguns membros da família. É quando aparece a **percepção do preconceito**, onde as mães demonstraram uma inconformidade por seus filhos serem vistos, não como uma pessoa com nome e sobrenome, com capacidades e potencialidades, mas apenas

como mais uma pessoa que faz parte de um grupo diferente, fora dos padrões, o grupo dos surdos, do “mudinho”, demonstrando inclusive indignação pela rotulação dada a seu filho.

A rotulação se transforma em um estigma, uma marca, que a criança vai carregar para o resto de sua vida, e isso vivenciado na escola pode se tornar um trauma para ela, e a inclusão para as mães, assume um papel de mostrar para essas pessoas sejam da família ou não, que o filho é capaz de ler, escrever, trabalhar, e ao matricular o filho na escola, a maior preocupação é essa. As mães, querem ver resultados, não refletindo muito sobre as condições que os filhos precisam para uma educação que lhes proporcione um aprendizado para a vida social.

Quando são analisados os **efeitos da inclusão escolar**, aparece uma contradição nessa questão, pois ao ser perguntado o que melhorou após a inclusão do filho os aspectos mais ressaltados foram: a socialização, e maior responsabilidade, enfim algo mais voltado para o lado social da vida, sendo que no decorrer das entrevistas elas enfatizaram com veemência a preocupação básica da maioria das mães: que os filhos aprendessem a ler, escrever e fossem aprovados.

Todas essas temáticas relacionadas compõem a quarta e última categoria, **a concepção de inclusão**. A superproteção das mães por conta da surdez, observada na concepção de **deficiência**, acaba interferindo negativamente no processo de inclusão, por que a família é muito importante na construção da personalidade do ser humano. Assim essa pessoa poderá encontrar dificuldades em construir com autonomia uma vida de relações. Também, ao analisar **o preconceito** dentro da própria família, vê-se que é um fator, assim como a superproteção, que pode limitar as relações e capacidades da pessoa com deficiência, refletindo também no processo de inclusão. Infelizmente, as mães não mostraram consciência dos efeitos da superproteção, tanto que ao falar **de inclusão escolar**, a grande maioria se preocupa com o fato dos filhos, segundo elas, serem “anormais” e exigirem maiores cuidados. As mães acreditam que a inclusão foi bastante positiva para os filhos, pois permitiu que eles conseguissem se relacionar melhor com as outras pessoas, aumentou as chances de eles têm uma vida normal e independente,

ou seja, trabalhar, ter família, atividades e realizações de qualquer pessoa, demonstrando assim que têm expectativas positivas acerca do futuro dos filhos.

A inclusão escolar é uma discussão nova no Brasil, e precisa ser disseminada, para que todos, independente de suas limitações tenham os seu direito à educação garantido, pois o que deve ser igual não são as pessoas mas as oportunidades que lhes são dadas. Por isso a visão das mães acerca dessa inclusão escolar é tão importante, pois através dessa visão podemos perceber o esclarecimento das pessoas mais próximas da pessoa surda, sobre o andamento desse processo, e como está chegando a essas pessoas a idéia do que seja a inclusão escolar.

Em todo processo educativo, a família entra como um apoio, um elo, o processo educativo do surdo não deve ser diferente, o que deve ser diferente são as metodologias que serão utilizadas, por isso não basta colocar o filho para aprender LIBRAS em um horário e no outro freqüentar a escola regular, deve haver um elo normal entre escola e família, como procurar saber o comportamento do filho constantemente, o seu desenvolvimento, e principalmente envolver o máximo de pessoas da família no processo de aprendizagem de LIBRAS, para que as relações não sofram nenhuma perda.

Enfim, ter um filho deficiente na sociedade em que vivemos, como já foi dito antes, não é fácil, é preciso coragem e disposição, pois o estranhamento e o preconceito não deixarão de existir tão cedo. Um dos fatores, que acreditamos que pode ajudar na caminhada contra esse preconceito, são pesquisas que permitam analisar esse quadro e tentar fazer com que as pessoas entendam que todos são diferentes, não somos produzidos em série, em formas iguais, e que a grande qualidade do ser humano é justamente essa: a diferença.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Roberta Ribeiro. Diagnóstico precoce da deficiência auditiva. In: FONSECA, Vera Regina J. R. M. (org). **Surdez e deficiência auditiva: a trajetória da infância à idade adulta**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- ANJOS, Hildete Pereira dos. ANDRADE, Emmanuele Pereira de. PEREIRA, Mirian Rosa. **A Inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso (no prelo)**, 2008.
- ARAÚJO, Marcelo Markes; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. O lúdico e a educação infantil. **Revista Psicologia e Profissão**. São Paulo. Ano XXI, nº 24, p. 26-57, agosto/setembro, 2003.
- BATISTA, Sérgio Murilo. FRANÇA, Rodrigo, Marcelino de. Família de pessoas com deficiência: desafios e superação. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. disponível em: <www.icpg.com.br/hp/download.exec.php?rpa_have=515b87acd832cd55> Acesso em 20 mar. 2008.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa**. São Paulo: NDJ , 1998.
- CARMO, Sônia Maria do. O período escolar. In. FONSECA , Vera Regina J. R. M. (Org). **Surdez e deficiência auditiva: a trajetória da infância à idade adulta**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília 2ª edição: Liber Livro Editora, 2007.
- GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial** (orgs.). 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GLAT. Rosana. **Uma família presente e participativa: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais**. 2004. Disponível em <[http:// www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br](http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br)>. Acesso em 14 jan. 2008.
- GOES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Políticas e prática da educação inclusiva** (orgs.). 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: Histórias e políticas**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira**. 2005. Disponível em <<http://intervox.nep.utrij.br/~elizabeth/identidade.htm>>. Acesso em 20 mar. 2008.

MENDES, Gonçalves Elicéia. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Set/dez 2006. v. 11. n. 33, p. 387-405.

MILLER, Nanci B. **Ninguém é perfeito**. Campinas-SP: Papirus, 1995.

MONTE, Francisca Rosineide Furtado. SANTOS, Idê Borges dos. **Saberes e praticas da inclusão**: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção dos Direitos da Pessoa com deficiência**, 2006. Disponível em <www.bengalalegal.com/convencao.php>. Acesso em 04 set. 2008.

PEREIRA, Marilú Mourão. **Inclusão escolar**: um desafio entre o ideal e o real. Disponível em <<http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/inclusaoescolar>>. 2005. Acesso em 16 out. 2007.

QUADROS, de Ronice Muller. **Políticas Lingüísticas educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações**. Cadernos do Cedes/ Centro de estudos Educação Sociedade- Vol. 1, n. 1 -SP.Cortez Campinas 1980.

REGO, Simone de Lourdes Arruda. SOARES, Valéria Leite . **A família e a deficiência**: traçando um paralelo com o filme Meu pé Esquerdo. Disponível em <http://www4mackenzie.br/fileadmin/pos_graduação/mestrado/distúrbios_do_desenvolvimento/publicações/volume_III/005.pdf>. Acesso em 9 jun. de 2008.

RIOS, Demerval Ribeiro. **Dicionário de sinônimos e antônimos**. 1º ed. São Paulo, DCL: 2005.

SÁNCHEZ . Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI . Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao3.pdf>. Acesso em 15 jun.2008.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: W. V. A 1997.

SILVA. Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**. v.11 n.33 set./dez. 2006

STREDLER-BROWN, Arlene. Programas de intervenção precoce. In: FONSECA, Vera Regina J. R. M. (Org). **Surdez e deficiência auditiva**: a trajetória da infância à idade adulta. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

PRETI,Dino (org.). **Análise de textos orais**. 3 ed. São Paulo: Humanitas Publicações/ FFLCH USP, 1997.

ANEXOS

